

ELEONORA ALBANO DA MOTTA MAIA (2)

PUC - SP

Sobre a Interpretação dos Fatos do Desenvolvimento Fonológico (1)

ABSTRACT

This paper is an attempt at showing the difficulty of interpretation of data of phonological development out of the communicate context. Further more, it points out some ways to contrast child phonology and adult phonology.

A literatura sobre naturalidade fonológica contém referências abundantes à pronúncia infantil. Elas ocorrem quase sempre em argumentos sobre a simplicidade relativa de distinções ou de processos fonológicos. No primeiro caso, o exemplo clássico é a previsão de Jakobson (1968 [1941]) de que as labiais e as dentais devem contrastar entre si antes de contrastar com as velares. No segundo caso, são representativas as afirmações de Stampe (1969) sobre o caráter inato de fenômenos tais como enurdecimento das obstruções finais ou a redução de ditongos, em contradistinção com o caráter aprendido das alternâncias encontradas em pares do tipo elétrico/electricidade.

Os argumentos fonológicos que envolvem recurso à ontogênese tipicamente utilizam a ordem de emergência na infância para justificar escalas de complexidade ou naturalidade pertinentes à medida de avaliação de uma determinada teoria fonológica. Embora aparentemente razoável, esse procedimento assenta-se sobre um pressuposto falso que, segundo o meu conhecimento, nunca foi discutido ou explicitado na literatura. Trata-se da suposição de que os fatos do desenvolvimento fonológico podem ser isolados da totalidade do desenvolvimento comunicativo, ou seja, de que são interpretáveis sem o concurso de informações sobre o desenvolvimento lingüístico como um todo.

Tal pressuposto não se origina apenas na leitura seletiva da bibliografia do desenvolvimento por teóricos da fonologia. Ele subjaz também à literatura específica da fonologia infantil, que tem, até agora, resistido às fortes tendências intragotoras manifestadas nos demais setores do estudo do desenvolvimento da linguagem. Embora seja hoje inconcebível investigar a aquisição de recursos sintáticos sem considerar os seus correlatos cognitivos e o seu uso na interação social, os estudos fonológicos permanecem preocupados em descrever a evolução interna dos sistemas sonoros, só se referindo a parâmetros externos ocasionalmente.

Um avanço recente é representado pelos trabalhos de David Ingram (1974, 1976), Lise Menn (1976, 1977) e do grupo liderado por Ferguson (Ferguson e Farwell 1975, Ferguson e Garnica 1975). Dentre as contribuições desses autores destacam-se: (1) a consideração dos efeitos de parâmetros lexicais sobre a ordem de aquisição; (2) a discussão das motivações subjacentes às restrições fonotáticas que operam na fala infantil; e (3) a descoberta de que há importantes diferenças individuais na ordem e no modo de aquisição de contrastes fonológicos. Tem-se, assim, uma visão atenta à singularidade da criança e, portanto, menos propensa a extrapolar do sistema adulto que a da tradição jakobsoniana. Tal visão inegavelmente abre um espaço para a discussão da questão das relações entre a competência fonológica e a competência comunicativa geral. Não obstante, um tratamento sistemático dessa questão ainda está por surgir na literatura.

Meu objetivo neste artigo é demonstrar a dificuldade de interpretar os dados do desenvolvimento fonológico fora do contexto do desenvolvimento comunicativo e, a partir daí, apontar maneiras mais frutíferas de conceber a relação entre fonologia infantil e fonologia adulta. Meu foco de ataque será o pressuposto, aceito pela maioria dos fonólogos, de que a pronúncia da criança nos primeiros estágios reflete tendências universais à simplificação fonética. Tentarei demonstrar que a noção de simplificação como um fenômeno funcionalmente unitário, implícita nesse pressuposto, torna-se incompatível com os dados ontogenéticos quando se examinam as interdependências entre desenvolvimento fonológico e desenvolvimento comunicativo.

Minha tese é de que há uma tipologia funcional de processos fonológicos na infância que envolve uma interação complexa entre o desenvolvimento percepto-motor e o desenvolvimento cognitivo e social. Processos diferentes iniciam-se, caracteristicamente, em etapas diferentes do desenvolvimento comunicativo, embora possam, subseqüentemente, coexistir por muito tempo. Um exame da evidência a favor dessa tipologia deixará claro que o emprego do termo simplificação nos argumentos ontogenéticos em fonologia é vazio, pois obscurece diferenças importantes do ponto de vista do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, é preciso definir algumas noções que servirão de base à argumentação que se segue. Entende-se por processo uma estratégia de conversão de uma representação perceptual em uma representação que sirva de entrada a um programa motor. Nos primeiros estágios da aquisição, a tarefa de realizar essa conversão impõe uma sobrecarga ao mecanismo de processamento, uma vez que envolve a reconstrução de esquemas articulatórios ao nível simbólico (no sentido aproximado de Piaget 1954). A esse respeito, cabe lembrar que a construção do vocabulário exige a representação fonológica se associe estavelmente a uma representação sintático-semântica e pragmática. É, pois, razoável supor que os elementos fonológicos da expressão vocabular, isto é, a representação perceptual e a representação pré-motora tendam a ser extremamente conservadores e econômicos nessa fase. Assim, espera-se que a criança encaixe as suas primeiras palavras nos programas articulatórios mais automáticos e repetitivos que já possui. Essa previsão parece confirmada pelo fato, bastante conhecido, de que o período final do balbucio é articulatoriamente mais rico (i.e., apresenta maior variedade de sons) do que o das primeiras palavras (Oller 1981). Pelo mesmo raciocínio, espera-se que a representação fonológica seja, ao mesmo tempo, suficientemente informativa para veicular distinções lexicais importantes e suficientemente simples para facilitar tanto a sua utilização em operações simbólicas como a sua conversão em programas motores relativamente automáticos.

Essa perspectiva opõe-se à visão, adotada por muitos fonólogos (e.g., Stampe 1973, Kiparsky e Menn 1977) de que a representação fonológica da criança é idêntica à representação fonética do adulto. Contra tal visão, é possível apontar, pelo menos, três argumentos. O primeiro recapitula as objeções de Bloom (1973) e Dore (1975) contra a interpretação holofrástica do estágio de uma só palavra. Especificamente, parece um contra-senso que o crescimento acarrete na diminuição (e não no aumento) da complexidade das derivações — sejam elas sintáticas ou fonológicas. Assim, para derivar a forma infantil da forma adulta é preciso um grande número de processos de supressão, que, mesmo se inatos, como que Stampe (1973), implicariam numa enorme complexidade da derivação total. O segundo argumento deve-se a Waterson (1971), que, através de um estudo minucioso do vocabulário de uma criança de 18 meses, demonstrou que a relação entre as formas infantis e as formas adultas correspondentes é melhor capturada supondo-se que a criança depreende os traços comuns mais proeminentes de grupos de palavras adultas semelhantes e os rearranje segundo os seus próprios padrões silábicos e acentuais. O segundo argumento provém de estudos meus (Maia 1981), que demonstram que a acuidade da pronúncia da criança é inversamente proporcional à complexidade do contexto semântico-pragmático, sendo os contextos simples e familiares propícios à realização da pronúncia intentada. Assim, o acompanhamento longitudinal de tais aproximações da pronúncia intentada revela

mudanças significativas que dificilmente se poderiam explicar sob a hipótese de que a representação fonológica seja, desde início, idêntica à realização fonética adulta.

No que concerne à forma da representação fonológica, adotarei aqui a posição de McCarthy (1979), tomando certas liberdades no sentido de lhe atribuir realidade psicológica. De acordo com essa visão, a representação fonológica é constituída de uma ou mais camadas auto-segmentais de traços fonéticos — no sentido de Goldsmith (1976) — e de um esqueleto rítmico, que codifica informações tais como a divisão silábica e o padrão acentual. Essa aparente pluralidade resolve-se através de processos associativos que estabelecem elos sistemáticos entre as camadas autosegmentais e o esqueleto rítmico. Veja-se, por exemplo, a seguinte representação da reduplicação 'papa', onde o esqueleto rítmico está incompletamente especificado devido às limitações da representação no plano:

- (1) Camada consonantal
- Esqueleto rítmico
- Camada vocálica



Do ponto de vista ontogenético, esse tipo de representação apresenta, pelo menos, duas vantagens. Em primeiro lugar, ela possibilita a expressão de relações não lineares tão comuns nas primeiras palavras. Em segundo lugar, ela permite capturar o fato, bem conhecido, de que as crianças inicialmente manifestam preferências rígidas por certos padrões rítmicos implementáveis por esquemas motores relativamente automáticos. Assim, formalizando a proposta de Waterson (1971), é possível encarar os primeiros processos fonológicos como mecanismos para associar camadas autosegmentais compostas de traços salientes do modelo adulto a esqueletos rítmicos compatíveis com programas motores disponíveis a nível simbólico. O resultado final dessa associação constituiria a representação fonética ou — como prefiro chamá-la — a representação pré-motora.

À luz dessas considerações, é possível prever a existência de três tipos de processos fonológicos ordenados ontogeneticamente e com funções distintas e, às vezes, competitivas na implementação da representação pré-motora. O primeiro grupo tende a maximizar o uso da comunicação oral, em detrimento da inteligibilidade. Ele subsume todos os casos em que o esqueleto rítmico está sujeito a restrições externas quanto à automaticidade do programa motor associado. É óbvio que a forma desses processos muda radicalmente no curso do desenvolvimento, refletindo avanços cognitivos e motores. O segundo tipo de processo, por sua vez, tende a maximizar a inteligibilidade, implementando e reforçando distinções entre entradas lexicais. Seu surgimento coincide com uma redução maciça da homonímia e exige uma ampliação da capacidade de armazenar traços do modelo adulto e de atentar para as próprias produções. Finalmente, o terceiro tipo de processo surge bem mais tarde e caracteriza-se por refletir a detecção de regularidades locais dependentes de contexto na pronúncia adulta. O ponto terminal do seu desenvolvimento é a aquisição dos detalhes fonéticos da língua de exposição.

Conforme foi adiantado acima, minha posição é de que esses três tipos de processos constituem marcos do desenvolvimento fonológico e se relacionam significativamente a marcos do desenvolvimento cognitivo e social, não podendo

ser entendidos fora desse contexto. Examinemos agora a evidência a favor dessa afirmação.

Nosso ponto de partida será o primeiro grupo de processos, que compreende muitos dos fenômenos típicos da linguagem infantil, tais como a reduplicação, a harmonia consonantal e vocálica e as chamadas "conspirações fonotáticas" (i.e., reduções a estruturas canônicas silábicas ou acentuais). Descrever tais processos como meras manifestações de tendências inatas à simplificação, além de ser vago, implica na perda de generalizações importantes sobre a continuidade entre o balbucio e a fala propriamente dita. Já foi mencionado acima que as primeiras palavras fazem uso simbólico de esquemas motores já exercitados durante o balbucio. Além disso, há entre o balbucio e a fala referencial um período transicional em que vocalizações mais ou menos reconhecíveis se associam a intenções, gestos ou ações. Tais vocalizações também se encaixam em esquemas motores bem automatizados, mas diferem das primeiras palavras por não serem rigorosamente referenciais e por apresentarem maior variação na ordem linear dos seus componentes fonéticos (e.g., [g' e bw] e [bug'w], usado por Nigel Halliday (0; 10) para pedir talco; V. Halliday 1975, pp. 148-149). Sob a visão aqui defendida, a principal conquista fonológica do estágio das primeiras palavras seria o agrupamento dos traços fonéticos da representação perceptual em camadas auto-segmentais com uma organização interna linear. Em outras palavras, a representação fonológica já consistiria de um esqueleto rítmico e de um conjunto de traços fonéticos, mas esses últimos se associariam ao primeiro somente de acordo com as restrições impostas pelos programas motores disponíveis. Posteriormente, princípios inerentes à organização do próprio sistema fonológico teriam um papel cada vez maior em determinar essa associação, sendo responsáveis pela crescente estabilidade do vocabulário a partir do início da fala referencial.

Cabe, neste ponto, observar que a suposição de que, para fins de armazenagem lexical, a criança filtre os traços mais salientes da forma fonética adulta é inteiramente compatível com os resultados recentes da área da percepção da fala, que demonstram que o recém-nascido já é capaz de realizar certas discriminações categóricas (Eimas et al. 1971). Assim, o fato de que o sistema auditivo-perceptual impõe divisões discretas a contínuos físicos tais como o ponto de articulação e o VOT (3) facilita enormemente a extração de traços fonéticos da entrada lingüística, mas não implica, de maneira nenhuma, a computação, a nível simbólico, de todos os traços detectáveis nessa entrada.

Retornemos agora a discussão das vantagens de uma representação fonológica seletiva e capaz de crescimento. Como foi sugerido acima, a associação de um traço ou conjunto de traços a mais de uma posição no esqueleto rítmico é um recurso amplamente empregado no vocabulário inicial. Se atribuirmos à criança, nessa fase, a capacidade de representar todos os traços de forma fonética adulta ausentes na sua própria pronúncia, não teremos como explicar uma interessante evolução que se observa na aplicação dos processos reduplicativos e harmônicos. Num determinado ponto do desenvolvimento, certas crianças praticamente abandonam o uso desses processos na formação de palavras e passam a aplicá-los a unidades maiores do que a palavra, apresentando, assim, uma diferença marcada entre a pronúncia num contexto sintático. Por exemplo, aos dezenove meses, Verônica, a criança estudada por Maia (1975), já apresentava realizações isoladas de 'quer' como [k'e], 'sentar' como [sẽ'ta:] e aqui como [a'ki]. Entretanto,

numa sessão desse período, combinou essas palavras da seguinte maneira:

(2) (a) f é 'tʃe tʃé'tʃa 'tʃi
'neném quer sentar aqui'

(b) vo sêta 'tʃi
'vou sentar aqui'

É óbvio que, no princípio enunciado, Verônica reuniu no alvo fonético automatizado [tʃ] os traços descontínuo, coronal, estridente e alto, sintagmaticamente dispersos na forma intentada "nê qué sentá aqui". Isso facilita enormemente a inserção do enunciado num esquema motor longo, pois o comprimento é compensado pela repetitividade. Parece que, para Verônica, esse tipo de manobra se faz necessária sempre que o contexto sintático-semântico-pragmático se torna excessivamente complexo. É interessante a diferença entre o primeiro enunciado e o segundo, que constitui uma repetição com fim de reparo (Sacks, Sehegloff e Jefferson 1974), desencadeado por uma manifestação de espanto por parte do interlocutor adulto. Note-se que, no primeiro caso, a criança está iniciando um episódio e tentando assegurar a atenção do adulto, enquanto, no segundo, ela já atingiu esse objetivo. Observe-se, além disso, que, embora ambos os enunciados sejam consideravelmente mais longos que a média da criança nesse estágio (MLU = 2.2), o segundo constitui uma redução em relação ao primeiro.

Supor que, desde o início, haja processos que suprimam traços e segmentos da representação fonológica é negligenciar o fato de que tais supressões surgem, mais tarde, como estratégias para reduzir a carga total de processamento na emissão de um enunciado. Além disso, a transferência dos processos reiterativos do nível lexical para o nível da fonologia frasal parece coincidir com o aumento maciço, ao nível lexical, do segundo tipo de processo mencionado acima, ou seja, aqueles que visam à implementação cada vez mais redundante de distinções lexicais. Parece, pois, que a utilização de supressões permite que a criança, tendo recentemente expandido a representação lexical, faça uso novo dos velhos processos reiterativos, a fim de resolver sobrecargas temporárias de processamento devidas, em parte, a tal expansão.

Bates (1977) sugeriu que há mudanças maturacionais muito gerais na memória e na atenção que propiciam a emergência da fala. Segundo essa autora, tais mudanças envolvem a capacidade de interromper uma meta e retê-la na memória enquanto se selecionam meios para a sua execução. Essa hipótese parece se adequar sobremaneira à presente visão das relações entre as representações fonológicas e os programas motores. Um processo fonológico é um meio de converter uma representação fonológica numa entrada aceitável para um programa motor. Inicialmente, tais meios são tão simples e diretos como a associação de camadas auto-segmentais a esqueletos rítmicos. Mais tarde, eles se tornam complexos, envolvendo etapas intermediárias tais como supressões e substituições. É oportuno observar que, segundo a presente perspectiva, o desenvolvimento tem o efeito de dilatar a diferença entre a representação fonética e a representação fonológica. Como foi observado acima, a posição oposta é implicada pela hipótese de que a representação fonológica da criança seja idêntica à representação fonética do adulto.

Estendendo o raciocínio de Bates, é possível levantar hipóteses sobre os correlatos cognitivos do segundo tipo de processo mencionado acima. Trata-se da utilização sistemática de certos segmentos onde ocorrem outros na fala adulta. Tais segmentos podem funcionar como marcadores de posição, como costuma ocorrer com as semivogais (e.g., ['bɔje] 'bola' ['awa] 'água') ou podem ter uma relação mais estreita com o segmento adulto correspondente (e.g., [z] por [ʒ] em ['bezu] 'beijo' ['zãnte] 'janta'). Para realizar tais substituições é preciso que a criança seja capaz de computar o esqueleto rítmico das formas adultas, ao invés de tomá-lo de empréstimo ao seu próprio repertório. Além disso, para realizar substituições foneticamente relacionadas ao modelo adulto é preciso ser capaz de isolar partes da representação fonológica e operar sobre elas. Assim, a criança não só opera separadamente sobre as duas partes da representação fonológica — o esqueleto rítmico e a(s) camada(s) auto-segmental(ais) — como também depreende relações de figura-e-fundo nelas. Há aqui um paralelo fascinante com o desenvolvimento sintático e morfológico. A capacidade de operar sobre dois objetos ou sobre parte e todo também subjaz à emergência da sintaxe e da morfologia. Isso torna ainda mais interessante a observação acima mencionada de que a emergência de processos efetivamente substitutivos coincide com um aumento da estabilidade fonológica do léxico, concomitante a uma recapitulação de padrões prévios da instabilidade fonológica em combinações de palavras.

Consideremos agora os desenvolvimentos sociais concomitantes aos dois tipos de processos até agora examinados. No estágio de uma só palavra, em que a criança reinventa o vocabulário adulto através de processos do primeiro tipo, há inúmeros indícios de preocupação em usar a palavra para reinventar o diálogo, já exercitado através do gesto e da vocalização. É notório o número de repetições do turno do interlocutor, que, conforme aponta Lemos (1981), parecem marcar o reconhecimento e a interiorização do papel daquele. Em contrapartida, após a emergência da sintaxe, observa-se uma mudança gradativa no padrão de repetição. A criança passa a repetir mais a si própria e a produzir reparos cada vez mais frequentes, indicando uma capacidade nascente de atentar para o próprio turno e operar sobre ele. Não é, pois, surpreendente que as substituições fonológicas e a redução gradativa da homonímia, que exigem operações sobre a representação fonológica, surjam aproximadamente no mesmo período. A todos esses desenvolvimentos subjaz uma capacidade geral de atentar para a própria linguagem e de reconhecer a cooperatividade como constitutiva do diálogo.

A discussão acima preparou o terreno para o exame do terceiro e último tipo de processo a ser considerado aqui. Se os últimos marcos do desenvolvimento comunicativo acima examinados obedecem ao imperativo 'atentar para si para cooperar', os que consideraremos a seguir também podem ser descritos como manifestações de outro imperativo ontogeneticamente mais tardio, mais igualmente importante, a saber: 'atentar para o outro para se identificar'. Muitos investigadores, notavelmente Susan Ervin-Tripp (1974) e Catherine Garvey (1975), observaram que, por volta dos 3-4 anos, a criança começa a evidenciar uma progressiva capacidade computar a perspectiva do outro, através do uso cada vez mais adequado de rotinas sociais e fórmulas de polidez. Bates (1976) notou também que o crescimento de tal capacidade coincide com o aparecimento dos atos da fala indiretos e dos condicionais contrafactuais. Na fonologia, o correlato mais claro desse desenvolvimento é o surgimento de controle sobre detalhes

fonéticos da língua de exposição, bem como de suas variações socioletais e dialetais. É importante notar que a fala da criança, muitas vezes, já apresenta tais detalhes sob forma idiomatizada (no sentido de Moskowitz 1970). A novidade desse período consiste na sua sistematização e incorporação ao sistema. São exemplos típicos de tentativas de sistematização a supergeneralização do contexto de regras fonológicas e a exageração de variações fonéticas sutis observadas no modelo adulto. Uma ilustração do primeiro caso é oferecida por uma criança de 3 anos e dois meses, que teve ocasião de observar recentemente. Depois de ter apresentado formas tais como [kũ'eli] 'com ele' e [kũ'isu] 'com isso', ela passou a dizer [kũ'eli] e [kũ'isu], respectivamente. Provavelmente, essas inovações refletem a tentativa de dar conta da regra de inserção do [j], aqui generalizada para ambientes onde uma vogal nasal qualquer é seguida de vogal anterior. O segundo caso é ilustrado por uma criança de quatro anos que freqüentemente, mesmo em situações em que a velocidade de fala é normal, pronuncia ['bowwa] por ['bowa], 'boa', com geminação clara da semivogal. Parece que, aqui, há uma tentativa de incorporar ao sistema a regra de inserção do [w], embora essa última seja quase sempre muito breve na pronúncia adulta.

Dando continuidade às nossas especulações sobre as relações entre o desenvolvimento fonológico e o desenvolvimento cognitivo e social, podemos dizer que o que caracteriza o período em discussão é a capacidade de notar e levantar hipóteses sobre regularidades locais do ambiente físico e social. Inicialmente, tal capacidade dá lugar a muitas das perguntas embaraçosas das crianças de 3-4 anos, tais como: 'Por que a sua cara tem bolinha?' (Janaína, 3;2). 'Pra que tem que dormir de noite?' (Augusto 4;3). A longo prazo, porém, ela é exercitada e modelada na interação com o adulto e com o grupo etário, permitindo que a criança desenvolva uma sensibilidade social e se identifique com os vários grupos a que pertence.

Se o ponto de vista acima exposto é correto, ainda que haja muitos erros de detalhe, pode-se afirmar que não é válido nem instrutivo estudar os fatos do desenvolvimento fonológico em isolamento. Os abusos da evidência ontogenética em fonologia têm dado lugar a absurdos tais como a derivação proposta por Stampe (1973) para a realização [kaẽ] da palavra 'candy', por seu filho de dois anos. Essa envolve nada menos que seis processos: nasalização, assimilação, degeminação, formação de flape, supressão de flape e semivocalização. Segundo Stampe, todos os processos fonológicos seriam inatos e o papel do desenvolvimento residiria em inibir uma boa parte deles. Deve ter ficado claro, pelo acima exposto, que essa posição envolve pressupostos falsos sobre a natureza do desenvolvimento em geral.

Espero ter conseguido justificar convincentemente o meu ceticismo sobre o uso de dados da criança para sustentar teorias sobre a língua adulta. Como procurei ilustrar acima, a contribuição dos estudos do desenvolvimento à fonologia pode e deve vir de dentro. É possível testar a utilidade de construtos fonológicos para a descrição de fenômenos do desenvolvimento. É possível também clarificar as relações entre fonética e fonologia, rastreando as interdependências entre desenvolvimento fonético e fonológico. Conforme demonstrou Menn (1976), a necessidade de alcançar controle fonético sobre certas articulações muitas vezes leva a criança a criar processos fonológicos que acabam por afetar todo o padrão de contrastes subjacentes. É possível que a observação de tais processos venha, num

futuro próximo, a reverter a ênfase das discussões fonológicas centradas sobre o desenvolvimento. Ao invés de se falar em critérios puramente fonéticos e naturalidade, falar-se-á cada vez mais em critérios fonológicos para a solução de problemas fonéticos.

A teoria do desenvolvimento fonológico ainda está por construir. Não obstante, já há suficientes pistas e sugestões de outras áreas de estudo para encorajar esforços integradores. Seguindo o exemplo de Slobin (1980), tenho esperança de que, num futuro próximo, também os estudiosos dessa área estejam em condições de saldar mais esse débito da Psicolingüística para com a Lingüística.

NOTAS

- (1) Trabalho apresentado no *Encontro sobre Naturalidade e Fonologia*, promovido pelo Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 19 de novembro de 1981.
- (2) Pesquisadora do CNPq, processo nº 30.0909/81 — CH-07.
- (3) *Voice onset time* — tempo de início da sonorização — é o parâmetro fonético mais freqüentemente usado na descrição do contraste de sonoridade. Refere-se ao tempo decorrido entre o relaxamento de uma obstrução e o início da vibração das cordas vocais.

REFERÊNCIAS

- BATES, E. *Language and context: the acquisition of pragmatics*. Nova Iorque, Academic Press, 1976.
- . "The emergence of symbols: does ontogeny recapitulate phylogeny?" Trabalho apresentado no *Minnesota Symposium on Child Psychology*, Minneapolis, University of Minnesota, 1977.
- BLOOM, L. *One word at a time*. Haia, Mouton, 1973.
- DE LEMOS, C. "Interactional processes and the child's construction of language." In: DEUTSCH, W. (org.) *The Child's construction of language*. Londres, Academic Press, 1981.
- DORE, J. "Holophrases, speech act and Language Universals." In: ——. *Journal of Child Language*. 1975. 2: 21-40.
- EIMAS, P., SIQUELAND, E., JUSCZYK P. e VIGORITO, J. "Speech perception in infants. In: ——. *Science*, 1971. 171:303-306.
- ERVIN-TRIPP, S. "Children's understanding and production of requests." Trabalho apresentado no *Stamford Child Language Forum*, Stamford, 1974.
- FERGUSON, C. e FARWELL, C. "Words and sounds in early language acquisition." In: ——. *Language* 1975. 51: 419-39.
- GARNICA, O. "Theories of phonological development." In: LENNEBERG, E. e LENNEBERG, E. (org.) *Foundations of language development*, Nova Iorque, Academic Press, 1975, v.2.
- GARVEY, C. "Requests and responses in children's speech." In: *Journal of Child*

- Linguagem*, 1975. 2: 41-64.
- GOLDSMITH, J. *Autosegmental phonology*. Tese de doutoramento inédita, MIT, 1976.
- HALLIDAY, M. *Learning how to mean: explorations in the development of language*. Nova Iorque, Elsevier, 1975.
- INGRAM, D. "Monological rules in young children." In: *Journal of Child Language*. 1974. 1: 233-241.
- . "Current issues in child phonology." In: MOREAD, O.M. e MOREAD, A.E. (org.) *Normal and deficient child language*. Baltimore, University Park Press, 1976.
- JAKOBSON, R. *Child language, aphasia, and phonological universals*. Maia, Mouton, 1968 (original alemão 1941).
- MAIA, E. *A negação na criança: reflexões sobre as bases empíricas da teoria gerativo-transformacional*. Tese de mestrado inédita, UFRJ, 1975.
- . "Semântico-pragmático: fatores na aquisição de fonologia." Trabalho apresentado no LSA Annual Meeting, Nova Iorque, 1981.
- Mc CARTHY, J. *Formal problems in Semitic morphology and phonology*. Tese de doutoramento inédita, MIT, 1980.
- MENN, L. *Pattern, control, and contrast in beginning speech: a case study in the development of word form and word function*. Tese de doutorado inédita, Universidade de Illinois, 1976.
- . "Phonological units in beginning speech." In: BELL, A. e HOOPER, J.B. (orgs.) *Syllables and segments*. Amsterdam, North Holland, 1977.
- MOSKOWITZ, A. "The two-year old stage in the acquisition of English phonology." In: ——. *Language*. 1970. 46: 426-41.
- OLLER, D. "The emergence of the sounds of speech in infancy." In: FERGUSON, C. e YENI-ROMSHIAN, G. *Child Phonology*. Nova Iorque, Academic Press, 1981. P. 93-112.
- SACKS, M., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. "A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation." In: *Language*. 1974. 50: 696-735.
- SLOBIN, D. *Psicolinguística*. Tradução de Rossine Salles Fernandes. São Paulo, Cia Editora Nacional — Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- STAMPE, D. "The acquisition of phonetic representation." In: *Papers from the Fifth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, 1969. p. 443-54.
- . *A dissertation on natural phonology*. Tese de doutoramento inédita. University of Chicago, 1973.
- WATERSON, N. "Child phonology: a prosodic view." In: *Journal of Linguistics*. 1971. 7: 179-221.